

24 JUL 1989

Brasil ainda poderá ser beneficiado pelo Plano Brady

por Roberto Baraldi

de São Paulo

O Brasil não está definitivamente excluído da relação de países que podem ser beneficiados de imediato pela redução do volume e serviço da dívida externa, prevista no Plano Brady. "Sem dúvida alguma, o País tem todas as chances de participar do plano ainda neste ano, desde que fortaleça o desempenho de sua economia", afirmou o subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos para Assuntos Internacionais, David Mulford.

Ele concedeu entrevista na sexta-feira a jornalistas brasileiros, mexicanos e venezuelanos, em diálogo promovido pela Worldnet, que interligou via satélite Washington e as sedes do consulado norte-americano em São Paulo, Cidade do México e Caracas.

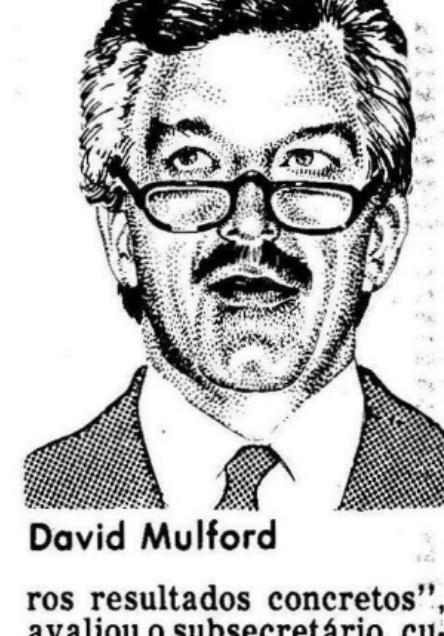
Mulford, um ativo colaborador do secretário do Tesouro norte-americano, Nicholas Brady, que formulou a estratégia de redução da dívida externa dos países em desenvolvimento, explicou que o fato de o Brasil atravessar um período de transição política não é um obstáculo às negociações. "Não é preciso esperar a posse do novo governo para negociar. O fator-chave é o desempenho econômico, capaz de motivar os bancos credores para a negociação", disse o subsecretário.

Para ele, o Brasil vem apresentando um ótimo desempenho econômico na área externa, ao obter saldos surpreendentes no balanço de pagamentos. Falta ao País, de acordo com Mulford, realizar o ajuste interno, baseado no controle fiscal e redução da inflação. "Este ajuste viabilizará não apenas um acordo de redução da dívida, como também dinheiro novo para o Brasil", destacou.

O próprio Tesouro norte-americano está disposto a fornecer um empréstimo-ponte ao País, para ajudar a superar uma eventual crise de liquidez que afete os compromissos assumidos junto aos bancos credores. A disposição, entretanto, está condicionada aos ajustes econômicos internos.

A EXPERIÊNCIA MEXICANA

As negociações entre o México e bancos credores, intensificadas há duas semanas com o objetivo de redução do peso da dívida, foram apontadas por Mulford como um passo importante, cujos reflexos atingirão todos os credores. "Estou muito otimista quanto aos resultados destas conversações. Embora restem pontos pendentes, em discussão no nível do comitê assessor dos bancos, acredito que dentro de uma semana surgirão os primeiros resultados concretos", afirmou.



David Mulford

ros resultados concretos", avaliou o subsecretário, cujo otimismo contrasta com o sentimento de irritação que o presidente mexicano, Carlos Salinas de Gortari, tornou público na última semana, frente à reticência dos bancos credores quanto à redução do peso da dívida.

O subsecretário enfatizou que os Estados Unidos estão empenhados no acordo entre os devedores e os bancos comerciais credores. Este apoio se traduz, segundo ele, na disposição norte-americana de liderar a captação de recursos para um empréstimo-ponte do México, caso o país chegue a um acordo com os credores.

O empenho, entretanto, não conduzirá à interferência direta do Tesouro norte-americano nas negociações em andamento. "Não podemos fixar percentuais de redução da dívida. Esta é uma questão de mercado e da capacidade de negociação das partes", afirmou Mulford.

O Tesouro, credor de diversos países, tampouco sentará à mesa com os devedores, para tratar da redução de juros. Mulford argumentou que a operação seria muito complexa: a redução dos juros representaria a necessidade de alterações no orçamento dos Estados Unidos, pois a queda de receita decorrente precisaria ser coberta por alocação de recursos, a ser aprovada pelo Congresso. "Isto aumentaria o déficit público norte-americano", justificou.

CONVERSÃO

Mulford recomendou a conversão de parte da dívida em investimentos como um instrumento complementar do processo de negociação. "Esta é uma forma de ampliar os investimentos nos países devedores, introduzindo tecnologia e gerando novos empregos", classificou Mulford, lembrando que o Chile reduziu 38% de sua dívida através deste expediente.

"Se for destinado a investimentos públicos ou à privatização de estatais, o mecanismo não pressiona o meio circulante", acrescentou o subsecretário.